

## Segregação entre ativos, aposentados e pensionistas é inaceitável

Com uma maioria de aposentados e pensionistas, o retrato atual do Executivo Federal brasileiro é reflexo do desmonte e descaso com que o setor público foi tratado nos últimos anos. Sem concursos públicos, servidores ativos precisam acumular muitas vezes o trabalho de três pessoas, o que gera sobrecarga somada a falta de condições adequadas de trabalho. Os próximos anos tendem a ampliar esse cenário já que milhares de servidores atingem tempo para se aposentar. Muitos, inclusive, optam por continuar no setor público recebendo o chamado abono permanência, uma forma de manter servidores experientes que já podem se aposentar ainda em atividade.

Aposentados e aposentadas são milhares de trabalhadoras e trabalhadores públicos que dedicaram suas vidas a conduzir políticas públicas e atender o Estado e o povo brasileiro. Para a Condesef/Fenadsef a proposta apresentada ontem pelo governo segrega e divide servidores e é inaceitável. "Chega a ser cruel com todos os envolvidos", comenta o secretário-geral da Condesef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

"De um lado ativos com seus salários defasados há mais de seis anos e seus benefícios extremamente desvalorizados, claro, avaliando a importância de aceitar o ajuste nos benefícios, de outro aposentados e pensionistas na mesma situação e com o agravamento de ter, por exemplo que arcar com valores superiores pela faixa de idade com auxílio saúde", acrescenta.

### Proposta aquém do reivindicado

Com isso, o governo lança servidores contra servidores numa luta por uma proposta que sequer atende ao pleito central de reivindicação apresentado. No caso dos benefícios a equiparação dos valores entre os Três Poderes é o foco



da categoria, mas a oferta do governo acrescenta em média apenas 50% aos valores atuais dos benefícios.

Para aposentados e pensionistas isso representaria, na prática, cerca de R\$70 a mais nos contracheques. A média do auxílio saúde paga pelo governo para muitos gira em torno de R\$144, como o percentual da proposta do governo o valor chegaria a R\$215, em média. Um cálculo rápido feito com o auxílio da subseção do Dieese na Condesef/Fenadsef. "Isso mostra que o valor para aposentados está longe de ser aceitável", pontua Sérgio Ronaldo.

A negociação que envolve a contrapartida dos planos de saúde é uma das pautas prioritárias da Campanha Salarial 2024. Hoje, servidores arcam com a maior parte do valor podendo ultrapassar 80%, enquanto governo arca com restante. Os sucessivos aumentos, a mudança de faixa etária, entre outros fatores, provocaram uma evasão de mais de 300 mil servidores e seus dependentes de planos de saúde. A reivindicação da categoria é para que, no mínimo, esse valor seja equiparado, atendendo tanto ativos quanto aposentados e pensionistas.

### Unidade é fundamental

Com sua proposta o governo procura agradar mais servidores ativos por entender que são os únicos que podem promover pressão

direta com greves e paralisações que não estão descartadas do debate da categoria. Aposentados e pensionistas, no entanto, seguem na luta.

Durante o XIV Concondsef e V Confenadsef vários aposentados e aposentadas marcaram presença em Brasília, enfrentando viagens longas vindos de todo o Brasil e estiveram no ato em frente ao MGI cobrando o atendimento da pauta da Campanha Salarial 2024 da categoria.

Como as demais pautas e demandas urgentes apresentadas ao governo, o avanço de todas as reivindicações da categoria só será possível com mobilização e unidade. É importante que a categoria siga fortalecendo os debates e continue se informando. "A história sempre nos mostrou que só com muita luta e mobilização é possível buscar e conquistar a valorização e o reconhecimento de nossos direitos. Não vamos deixar de olhar para nenhuma das demandas de nossa base. Essa luta é uma luta de todos nós", reforçou o secretário-geral da Condesef/Fenadsef.

A entidade, que representa 80% dos servidores do Executivo Federal, vai convocar em breve uma reunião do seu Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) para encaminhamentos do debate com a categoria nos estados.

Fonte: Condesef

## 101 trabalhadores domésticos são retirados de condições análogas à escravidão

Após 72 anos fazendo trabalhos domésticos para uma família do Rio de Janeiro, sem qualquer remuneração, uma mulher foi resgatada pela Auditoria Fiscal do Trabalho no Rio, com a participação do Ministério Público do Trabalho (MPT), em 15 de março de 2022. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), esse é o caso de exploração de uma pessoa em condição análoga à escravidão mais longo, desde que o crime passou a ser fiscalizado, em 1995.

Quando foi resgatada, a idosa dormia em um sofá improvisado em um cômodo nos fundos da casa. Sua função naquele momento era trabalhar como cuidadora de sua empregadora, que a escravizou durante toda a vida. Ao todo, três gerações da família foram beneficiadas pelo trabalho não remunerado da trabalhadora.

O caso da trabalhadora de 84 anos resgatada no Rio de Janeiro não é exceção. De janeiro de 2017 até agosto de 2023, 101 trabalhadores domésticos foram resgatados em situação análoga à escravidão. É o que revela um levantamento feito pelo Brasil de Fato com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), utilizando dados do MTE.

A pasta explicou ao que 2017 é o ano que marca o início dos registros dos dados de resgate de trabalhadores domésticos em situação análoga à escravidão pela Secretaria de Inspeção ao Trabalho, do MTE.

De acordo com o levantamento, em 2017 dois trabalhadores domésticos em condições análogas à escravidão foram resgatados no Brasil. Nos três anos seguintes, 2018 (2), 2019 (5) e 2020 (3), o padrão se manteve. No entanto, em 2021 (31), 2022 (34) e até agosto de 2023 (24)

houve um crescimento exponencial. O fato que não espanta Luiza Batista, coordenadora geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), que acredita que ainda "haja muita subnotificação."

Em setembro deste ano, 10 pessoas foram libertadas da condição de trabalho doméstico análogo à escravidão, após uma operação conjunta do MTE, MPT, Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Essas 10 pessoas não estão no levantamento feito pelo Brasil de Fato. Com esse caso, o número de resgatados em 2023 alcança 34 e iguala o ano anterior, 2022, como os períodos com mais libertações de trabalhadores domésticos de situações análogas à escravidão.

### Crescimento

Luiza Batista imputa o crescimento dos dados às campanhas de conscientização da população, que estimulam as denúncias de trabalho escravo, e ao avanço na regularização da profissão.

"Quanto às condições de trabalho, era necessário que houvesse um rigor maior da lei com os empregadores que não respeitam, que não assinam carteira, que não pagam o salário correto e a hora extra. Sabemos que isso tudo está ligado à inviolabilidade da residência. As condições melhoraram? Sim, mas podem melhorar mais", conta Batista.

Em 2023, Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, completou 10 anos. A legislação representou um marco significativo para a profissão, já que esses trabalhadores passaram a ter direito a benefícios como jornada de trabalho regulamentada, horas extras remunera-

das, adicional noturno e seguro-desemprego.

Apesar da lei, explica Batista, "a grande parte das denúncias são feitas por terceiros, anonimamente". Isso ocorre porque "a maioria dessas pessoas resgatadas são analfabetas e as demais são semianalfabetas, elas desconhecem os canais de denúncia e têm muita dificuldade de se comunicar. Essas mulheres demoram muitos anos para reconhecer que a condição que vivem é de escravidão".

Durante esses 10 anos de vigência da emenda constitucional, a informalidade ainda é o principal fator que impede a universalização dos direitos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 76% das profissionais não têm carteira assinada, ou seja, 3 em cada 4 profissionais exercem as atividades domésticas sem ter acesso à proteção social e aos demais direitos trabalhistas.

O MTE informou que os dados não são organizados por gênero. Dessa forma, não é possível saber se os casos de resgate são de trabalhadoras ou trabalhadores. Porém, ainda de acordo com a PNAD, as mulheres são a maioria da categoria, ocupando 92% das vagas de trabalho doméstico no Brasil.

### Denúncia

Se você sabe de algum caso de trabalhador doméstico em situação análoga à escravidão, pode denunciar no Disque 100. A ligação pode ser feita gratuitamente de qualquer lugar do país e o serviço funciona 24 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Fonte: CUT